



Plenário libera pauta para votar projetos contra crise do diesel

Medidas provisórias que travavam as votações foram analisadas ontem pelos senadores, que hoje já podem votar propostas para dar fim à paralisação

Reunidos ontem em sessão deliberativa extraordinária, os senadores votaram seis medidas provisórias que travavam a pauta do Plenário. Com isso, o Senado pode votar hoje propostas que colaboram para encerrar a greve dos caminhoneiros e a crise dos combustíveis.

Das MPs analisadas ontem, cinco foram aprovadas, entre elas a que autoriza saque do PIS/Pasep e a que altera as taxas de juros dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Foi rejeitada a medida provisória que criava três cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados. A criação de cargos foi criticada pelos senadores.



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício Oliveira espera que MPs levem a entendimento com grevistas

Por sugestão do Senado, texto sobre fretes é incorporado a MP

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a edição de medidas provisórias de interesse dos caminhoneiros foi necessária para abreviar a greve e acalmar o Brasil neste momento de

dificuldade. Ele revelou que partiu do Senado a sugestão para o governo editar a MP que cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, incorporando projeto sobre o tema.

Chegam ao Congresso medidas do acordo com caminhoneiros

As três medidas provisórias que resultaram do acordo do governo federal com os caminhoneiros para pôr fim à greve iniciada no dia 21 chegaram ontem ao Congresso.

As MPs sobre contratação de fretes de transpor-

tadores autônomos, sobre fixação de preços mínimos de frete e sobre situações de dispensa de pedágio para caminhões vão ser analisadas por comissões mistas e depois seguirão para os Plenários da Câmara e do Senado.

Comissão ouve ministro da Fazenda sobre política de preços

A Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje duas audiências públicas sobre a política de preços dos combustíveis da Petrobras.

O primeiro debate será com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o segundo, com o especialista em infraestrutura Adriano Pires.

O vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima, defendeu a demissão do presidente da estatal, Pedro Parente.

Proposta proíbe gradativamente venda no país de carros a gasolina

A Comissão de Assuntos Econômicos estuda um acordo para permitir a votação de projeto que proíbe a venda, a partir de 2060, de veículos movidos a combustíveis fósseis. A proibição seria de forma gradativa. Em 2030, por exemplo, 10% dos veículos, pelo texto, deveriam ser elétricos. O texto já esteve na pauta da comissão, mas senadores sugeriram mais debates. O relator é favorável ao projeto e à discussão ampliada.

Barulho prejudica a saúde e preocupa especialistas



Poucas pessoas sabem, mas a poluição sonora não faz mal apenas ao ouvido: compromete o corpo todo, que interpreta o barulho

como um prenúncio de perigo. Congresso e sociedade debatem medidas para ajudar a controlar os decibéis no dia a dia. **8**



Divulgação/Proakística

Intervenção em monumento da capital paulista conscientiza contra ruído



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Entre representantes dos trabalhadores, Paulo Paim (C) preside sessão especial

Nova lei trabalhista é criticada em sessão pelo Dia do Trabalhador

Participantes de sessão especial em homenagem ao Dia do Trabalhador disseram ontem que dar mais peso ao negociado entre patrões e empregados, como determina a nova lei trabalhista, e não ao estabelecido por lei prejudica

o trabalhador.

Outros temas debatidos foram o fechamento de postos de trabalho, o aumento do desemprego e o crescimento da figura do “desalento”, quando o trabalhador desiste de procurar emprego. **7**

Colegiado vota criação da pasta da Segurança **7**

Embaixador do Brasil no Líbano é aprovado **2**

Interrupção de energia pode gerar multa **7**

Relatório de MP sobre hipoteca pode ser votado **6**

Comissão analisa projetos sobre uso da água **7**

Genáudio Mangel/Agência Senado



Paim (C) coordena sessão especial no Plenário com representantes de sindicatos e de procuradores do Trabalho

Críticas marcam sessão pelo Dia do Trabalhador

Convidados e parlamentares que participaram da comemoração feita pelo Senado condenaram as mudanças trazidas pela reforma trabalhista, como maior peso a acordos entre trabalhador e patrão

OS PREJUÍZOS CAUSADOS pela reforma trabalhista foram destacados na sessão especial para celebrar o Dia do Trabalhador feita ontem no Plenário do Senado. Para os convidados da sessão, dar mais peso ao que foi negociado entre patrões e empregados, e não ao estabelecido por lei — como determina a nova legislação que entrou em vigor em novembro — prejudica os direitos do trabalhador.

Autor do pedido para a sessão, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que, apesar da dedicação ao trabalho ser um instrumento para a felicidade do homem, não tem sido fácil preservar essa condição fundamental no país.

— A reforma trabalhista se apresenta como uma inquisição contra todos os direitos conquistados com muita luta. Um crime foi cometido contra milhões de trabalhadores. Hoje o próprio Judiciário tem dito que essa lei, como está, é inaplicável. A negociação

que prevalece sobre a lei é um absurdo. É como se a lei não valesse mais para o trabalhador. Quem tem a força na mão é quem vai determinar a negociação — lamentou.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é hora de a sociedade brasileira se unir e lutar pela revogação da reforma trabalhista, pois não é possível que o país conviva com uma legislação “perversa e criminosa”:

— Dados do IBGE e do Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] mostram que, no pouco tempo em que a reforma vigora, temos o desemprego crescendo, o salário diminuindo. Ou seja, a precarização voltou a imperar no Brasil. E isso é muito ruim, não só para o trabalhador, mas também para a economia, porque quanto menor for o salário pago no país, menor o consumo. Quanto menor o consumo, menor a produção e menor a capacidade de uma nação se desenvolver.

No início deste mês, a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da qual Paim é vice-presidente, apresentou a proposta de “uma nova CLT”, na forma da Sugestão 12/2018. Desde a aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, trabalhadores cobram alterações na legislação.

Desalento

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo da Costa, 400 mil postos formais de trabalho foram fechados no país nos últimos seis meses. Costa também apresentou dados do IBGE sobre um crescimento recorde da figura do desalento.

— Desalento é quando o trabalhador não tem mais ânimo de procurar emprego. Nos últimos meses, aproximadamente 5 milhões de pessoas deixaram de procurar emprego porque não têm mais esperança de encontrar uma ocupação. A partir do momento em que essas pessoas deixam de procurar emprego, elas são excluídas dos índices oficiais do IBGE, de modo que o índice de desemprego, o número de trabalhadores desempregados, é muito maior — explicou.

Os representantes dos sindicatos reclamaram da desestruturação nas organizações por causa da falta de recursos. O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos, citou o exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

— Em maio de 2017, a CNTI recebeu R\$ 8,2 milhões para suas despesas. Em maio deste ano, recebemos R\$ 625 mil. Vejam a que ponto chegou o Congresso: além de tirar todas as condições de trabalho permanente, pretende acabar com a estrutura sindical, que é a única trincheira de que os trabalhadores dispõem.

conselho político, econômico e social — sugeriu.

Vanessa Grazziotin criticou o ponto do acordo do governo referente à diminuição de R\$ 0,46 no preço do diesel e Jorge Viana (PT-AC) lamentou a possibilidade de privatização de quatro refinarias.

— Quando o queijo é grande, o rato aparece. Em vez de prenderem só os ladrões, estão tentando destruir a Petrobras no melhor momento dela. Chamaram as cinco petroleiras internacionais. O governo Temer deu isenção a essas empresas. Não vai haver dinheiro para saúde, educação, segurança e infraestrutura, tão necessária no país, para implantar ferrovia. Não vai haver mais, porque o dinheiro vai para as petrolíferas — lamentou o senador.

Greve dos caminhoneiros é justa e governo precisa dialogar, diz Paim

Paulo Paim também comentou a atual situação do país em decorrência da paralisação dos caminhoneiros. Para o senador, a greve é justa e o governo deve dialogar com os envolvidos no movimento.

— Os caminhoneiros estão sinalizando que, como está, não dá. E só tem uma forma de responder a isso: é o Congresso votando, é o presidente da República dialogando com todos os setores, chamando todo mundo para a responsabilidade. É preciso que se chamem os representantes dos caminhoneiros, as confederações e os empresários. Por que não fazer uma reunião com todos os empresários? O presidente Michel Temer precisa chamar para si a responsabilidade, fazendo uma reunião com um

Plenário aprova indicação do novo embaixador no Líbano

Foi aprovada em Plenário a indicação do diplomata Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Líbano (MSF 22/2018). A nomeação foi aprovada com 54 votos favoráveis e uma abstenção.

Baiano, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto é graduado em História pelo Uniceub, em Brasília, e ingressou na carreira diplomática em 1978. Foi ministro-conselheiro na embaixada em Ottawa, no Canadá (2003-2005), embaixador em Porto Príncipe, no Haiti (2005-2008), embaixador em Ottawa (2008-2010) e chefe da Delegação do Brasil à Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Timor-

Leste (2014). Desde 2015, é cônsul-geral em Milão, na Itália.

Ao ser sabatinado na Comissão de Relações Exteriores (CRE), no dia 17, o diplomata ressaltou que o país está engajado em estratégias visando ao incremento dos laços comerciais com os libaneses em todo o mundo. De acordo com o Itamaraty, há uma numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 11 milhões de pessoas.

A República do Líbano está localizada na região do Levante no Oriente Médio. Tem uma população de 4,5 milhões de habitantes.

Ferraço lamenta morte de Agesandro da Costa Pereira, ex-presidente da OAB-ES

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) lamentou a morte do ex-presidente da seccional capixaba da OAB, Agesandro da Costa Pereira, aos 88 anos. Segundo o senador, o advogado foi um dos principais líderes na luta contra o crime organizado



que se apropriou das instituições públicas do estado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Ferraço disse que Dr. Agesandro, como era conhecido, coordenou o fórum Reage Espírito Santo, marco no combate à corrupção.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Ciganos**
9h Debate sobre o Estatuto do Cigano.
- CI Energia**
9h Entre 13 itens, o PLS 277/2015, de incentivo à geração de energia elétrica.
- CAE Combustíveis**
10h A política de preços dos combustíveis é o tema de duas audiências. A primeira delas é com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.
- CRA Flores ornamentais**
11h O PLC 88/2014, que reduz custos para produção de flores, é um dos 7 itens.
- CE Primeiros socorros na escola**
11h30 O PLC 17/2018, que torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros para professores, é um dos 20 itens.
- CMA Aquoponia**
11h30 O PLS 162/2015, que incentiva a aquoponia é um dos 17 itens da pauta.

- PLENÁRIO Dados pessoais**
14h Entre os 12 itens da pauta da sessão deliberativa, o PLS 330/2013, que garante proteção a dados pessoais.
- CCT Telecomunicações**
14h30 O PLS 662/2011, que facilita a comparação entre serviços de telecomunicações, é um dos 12 itens da pauta.
- MP 821/2018 Novo ministério**
14h30 A comissão mista da MP que criou o Ministério da Segurança Pública analisa o relatório.
- MP 822/2018 Passagens aéreas**
14h30 Votação do relatório da MP que dispensou órgãos públicos de recolher tributos na compra de passagens aéreas.
- MP 824/2018 Irrigação**
14h30 Análise do relatório da MP que modificou a Política Nacional de Irrigação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

Senado já pode votar projetos para resolver crise

Medidas provisórias que trancavam a pauta foram votadas ontem pelo Plenário, que agora está liberado para analisar propostas para dar fim à greve

NA SESSÃO DELIBERATIVA de ontem, os senadores conseguiram votar seis medidas provisórias que trancavam a pauta do Plenário. Assim, está liberada a votação de projetos de lei que colaborem para dar fim à greve dos caminhoneiros e à crise dos combustíveis.

Das seis MPs votadas, uma foi rejeitada: a que criava três cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Entre as cinco medidas aprovadas, estão a que autoriza o saque do PIS/Pasep e a que altera taxas de juros de fundos constitucionais.



Reunidos em sessão deliberativa extraordinária, senadores analisam seis medidas provisórias que trancavam a pauta de votações do Plenário

Medida que autoriza saque do PIS/Pasep segue para sanção

Titulares de conta do PIS/Pasep poderão sacar os recursos que possuem em conta individual até 29 de junho, determina proposta aprovada ontem pelo Senado. Decorrente da Medida Provisória 813/2017, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2018 segue para sanção. O texto, relatado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), ainda permite ao governo federal estender o prazo até 28 de setembro.

Depois do prazo, os recursos poderão ser sacados apenas por maiores de 60 anos, aposentados e militares da reserva. Antes da edição da MP, o saque era permitido somente a quem tinha mais de 70 anos.

Foram incluídas na MP original outras duas hipóteses para saque: portadores de algumas doenças e pessoas que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O resgate permitido é do saldo em contas individuais do período anterior a 1988. Como o PIS é administrado pela Caixa e o Pasep pelo Banco do Brasil, quem tiver conta nesses bancos terá depósito em conta corrente ou poupança, em folha de pagamento ou outro arranjo. Esses bancos definirão um cronograma para quem não têm conta neles, com pagamentos até junho.

Segundo o Ministério do Planejamento, a mudança poderá injetar até R\$ 33 bilhões na economia.

Aprovada nova regra para servidores de ex-territórios

Foi aprovada ontem pelo Plenário, na forma de projeto de lei de conversão (PLV 7/2018), a medida provisória que regulamenta a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União. A MP 817/2018 disciplina a transposição, aos quadros em extinção da União, de servidores, empregados e pessoas cujo vínculo com os ex-territórios possa ser comprovado.

O texto, que segue para sanção presidencial, regulamenta as Emendas Constitucionais 19, 60 e 98 e incorpora o texto de outras leis, revogadas pela MP. São beneficiados servidores ativos ou não de Amapá, Rondônia e Roraima. Quem satisfizer os requisitos e optar pela inclusão fará parte de um quadro em extinção, cujas vagas terão fim após sua aposentadoria. Esses servidores poderão ser cedidos pelo governo federal aos governos estaduais e municipais.

A redação do projeto é do relator, Romero Jucá (MDB-RR). O senador explicou que alguns pontos foram aprovados sem a garantia de serem atendidos pela área econômica do governo.

— Essa MP é muito importante, não cria cargos, mas estabelece as medidas que devem nortear o Ministério do Planejamento no processo de transição. É uma medida de justiça com os servidores dos territórios — afirmou Jucá.

Rejeitada criação de cargos para conselhos de recuperação fiscal

O Senado rejeitou ontem a medida provisória que criava três cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados, vinculados ao Ministério da Fazenda. A proposta (MP 816/2017) foi criticada pelos senadores.

— Esta medida provisória é importante, mas não a ponto de ter que desunir a casa — disse o líder do governo Romero Jucá (MDB-RR). Para o senador, a composição dos conselhos seria um passo importante para a assistência fiscal da União aos estados, mas ele abriu mão da medida diante da resistência.

Reguffe (sem partido-DF) classificou a criação de novos cargos comissionados como uma “piada pronta”.

— O que o país precisa neste momento é reduzir o seu gasto, reduzir a máquina do Estado, se preocupar em ser mais eficiente — protestou.

O impacto orçamentário da MP estava estimado em R\$ 252 mil em 2017 (considerando o provimento dos cargos em setembro), R\$ 791 mil em 2018 e R\$ 827 mil em 2019. Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Cristovam Buarque (PPS-DF) apontaram que o governo poderia distribuir essas atribuições entre servidores concursados. Magno Malta (PR-ES) disse que a criação dos cargos neste momento é “uma loucura de quem perdeu o *timing* das coisas”.

Regiões metropolitanas ganham mais prazo para concluir planos

Os municípios terão mais tempo para concluir seus Planos de Mobilidade Urbana (PMUs). Medida provisória (MP 818/2018) com esse objetivo foi aprovada ontem no Senado, na forma do Projeto de Lei de Conversão 11/2018. O texto segue para a sanção presidencial.

Prefeituras que não tiverem elaborado o PMU poderão fazê-lo até abril de 2019. O prazo anterior era abril de 2018, seis anos após a entrada em vigor da lei que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012). Quem descumprir a regra ficará impedido de receber recursos federais.

A MP também dá mais tempo para que as regiões metropolitanas finalizem seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. O Estatuto da Metrópole (Lei 13.089, de 2015) previu o prazo de três anos, contado a partir de 2015, sob pena de o agente público ser responsabilizado por improbidade administrativa. A medida estendeu o prazo até 2021. No texto final, a possibilidade de punição foi retirada.

O projeto diz também que a criação de uma região metropolitana, de aglomeração urbana ou de microrregião deve ser precedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os municípios pertencentes à unidade territorial.

MP que altera juros dos fundos constitucionais é aprovada

O Senado aprovou ontem a medida provisória que muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Foi uma das seis MPs votadas na sessão extraordinária.

A MP 812/2017 foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 10/2018). O texto segue para sanção. A medida cria uma fórmula com fatores que reduzem a taxa para o tomador do crédito, de acordo com a renda domiciliar per capita regional e com o tipo de empréstimo. É a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC). O Executivo alegou que os fundos têm papel importante na implementação de políticas públicas para redução das desigualdades regionais e precisam oferecer taxas de juros adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), a MP é um “grande equívoco”, pois a mudança pode inviabilizar os fundos constitucionais. Ele votou contrário à MP e apresentou dois destaques, que foram rejeitados. Lúcia Vânia (PSB-GO), relatora-revisora, explicou que a medida vai atuar de forma complementar na oferta de crédito, com redução de taxas, e no incentivo aos investimentos em infraestrutura e inovação. A ideia, disse, é a garantia do equilíbrio fiscal da política dos fundos.

Doação para restaurar basílica na Palestina vai a promulgação

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória 819/2018, que autoriza a União a doar R\$ 792 mil (US\$ 252,3 mil pelo câmbio de 25 de janeiro, data de edição da MP) para a restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém, no Estado da Palestina. O texto segue para promulgação.

Construída no século 4, a basílica tem uma gruta onde, segundo a tradição cristã, nasceu Jesus. Em 2012, o templo foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco. De acordo com o governo, a restauração é um projeto organizado pelo governo palestino e pelas três igrejas que administram a basílica (católica, ortodoxa grega e armênia), com apoio da Unesco e de um grupo de países doadores, entre eles Grécia, Rússia, Alemanha, Chile, Espanha, Vaticano e Brasil. Os recursos sairão do orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

Relator da MP na comissão mista que analisou a medida, o senador Humberto Costa (PT-PE) destacou que a basílica é uma das mais antigas igrejas ainda em uso no mundo.

— É um bem de valor inestimável para a humanidade, mas está em precário estado de conservação. É um templo de enorme significado religioso, cultural e histórico.

Congresso recebe medidas provisórias do acordo com caminhoneiros em greve

MPs sobre contratação e preços mínimos de frete e sobre dispensa de pedágio irão para comissões mistas e depois para os Plenários das duas Casas

O CONGRESSO RECEBEU ontem as três medidas provisórias que resultaram do acordo do governo federal com os caminhoneiros para pôr fim à greve iniciada no dia 21. O Executivo também anunciou a redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel por 60 dias. A queda do preço do combustível é um dos pontos principais da pauta dos grevistas.

A MP 831/2018 reserva 30% do frete contratado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para cooperativas de transporte autônomo, sindicatos e associações. Os transportadores serão contratados sem licitação. O preço do frete não poderá exceder o praticado pela Conab. O contratado deve atender os requisitos estabelecidos pela companhia, que é vinculada ao Ministério da Agricultura.

A Conab utiliza as transportadoras para movimentar grãos pelo país e garantir o abastecimento de todas as regiões. Os serviços de transporte são contratados por leilão eletrônico.

A MP 832/2018 institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, para promover condições razoáveis à contratação por fretes no território nacional. Segundo o texto, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicará duas tabelas por ano (dias 20 de janeiro e 20 de julho) com os preços mínimos dos fretes por quilômetro rodado, levando em conta o tipo de carga (geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel) e, prioritariamente, os custos do óleo diesel e dos pedágios.



Caminhoneiros fazem paralisação na BR-101, Niterói-Manilha (RJ): Executivo anunciou redução do preço do diesel por 60 dias

O texto determina que representantes das cooperativas de transporte de cargas e dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos participarão da fixação dos preços mínimos. A ANTT publicará a primeira tabela, com vigência até 20 de janeiro de 2019, no prazo de cinco dias, a contar do último domingo, data em que a MP foi publicada.

Por fim, a MP 832 estabelece que os preços do frete fixados pela ANTT terão natureza vinculativa e a não observância deles sujeitará o infrator a indenizar o transportador pelo dobro do que seria devido, descontado o valor já pago. A medida foi elaborada com base no PLC 121/2017, do

deputado Assis do Couto (PDT-PR), já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado. A proposta está na pauta do Plenário. A aprovação do projeto é também uma das reivindicações dos caminhoneiros. Assis do Couto participou das negociações entre o governo e os grevistas. Apesar de apoiar o movimento, o deputado pediu, em pronunciamento em rede social no sábado, que fossem retiradas as faixas com pedido de intervenção militar, colocadas por uma parte dos manifestantes.

Pedágio

A terceira medida provisória recebida ontem (MP 833/2018) altera a Lei dos Motoristas (Lei

13.103, de 2015) para estender para as rodovias estaduais, distritais e municipais a dispensa de pagamento de pedágio do eixo suspenso de caminhões, outra reivindicação dos grevistas. Atualmente, o benefício é válido somente para as rodovias federais, conforme a lei e o Decreto 8.433, de 2015.

Segundo a MP, o caminhoneiro que circular com os eixos indevidamente suspensos, para não pagar o pedágio, poderá receber multa de natureza grave. Serão criadas agora três comissões mistas para analisar as medidas provisórias. Depois das comissões, as MPs serão votadas pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

Eunício espera que MPs levem a um entendimento

A edição de medidas provisórias foi necessária para o entendimento com os caminhoneiros, para abreviar a greve e acalmar o Brasil neste momento de dificuldade, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Eunício revelou que a sugestão da MP que cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas partiu do Senado, foi feita em reunião com os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago e comunicada ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ao presidente Michel Temer.

O presidente do Senado disse ter autorizado que os representantes dos caminhoneiros em greve e suas assessorias jurídicas acompanhassem por viva voz as indicações sobre a edição da medida.

Eunício afirmou em Plenário que, com a edição da MP 832/2018, no domingo, não é mais necessário que o Senado vote o Projeto de Lei da Câmara 121/2017, que trata do mesmo assunto e que teve pontos incorporados pela MP.

— Falei inclusive com o presidente da República sobre o encaminhamento da substituição do PLC 121/2017 pela medida provisória porque, ao recebê-la, eu já estaria fazendo com que seu resultado acontecesse de imediato — disse.

A MP determina preços mínimos dos fretes por quilômetro rodado, levando em conta o tipo de carga (geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel) e, prioritariamente, os custos do óleo diesel e dos pedágios.

Segundo Eunício, a substituição do projeto pela MP foi uma forma de buscar um entendimento mais rápido com os caminhoneiros, em greve desde a semana passada.

— Mais importante que qualquer protagonismo neste momento é encontrar caminhos que possam trazer paz aos brasileiros — defendeu o senador.

Eunício também afirmou que uma solução para reduzir o preço dos combustíveis deve ser buscada de forma responsável, considerando o contexto de reivindicação da greve e de modo que não comprometa a estabilidade fiscal do país.

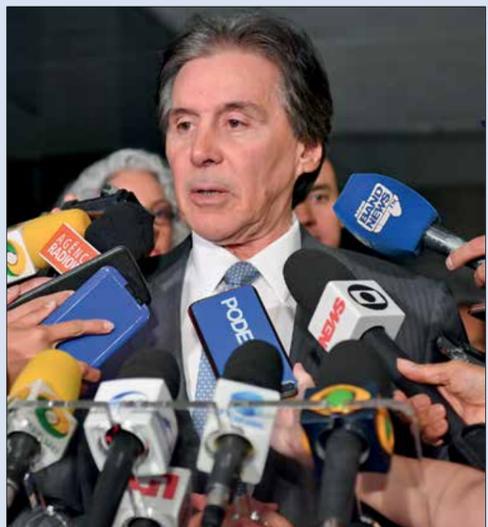
Urgência

— Não vamos votar a urgência do PLC 121/2017. Eu havia me comprometido com os representantes dos caminhoneiros de trazer para o

Plenário a proposta que está na Comissão de Assuntos Econômicos [CAE]. Mas o projeto foi completamente incorporado na medida provisória, que já foi publicada e já está surtindo seus efeitos, por isso é desnecessário votarmos aqui — declarou.

O presidente do Senado agradeceu o empenho dos senadores na busca de uma solução para a crise.

— Quero dizer que, desde quinta-feira quando convoquei a reunião de líderes, esta Casa contou com presença e apoio irrestrito de todos os senadores e senadoras independentemente de matizes políticas. Quero agradecer a serenidade, a compreensão e a disposição dos senadores, que compreenderam a necessidade de estarem presentes aqui e disponíveis desde a quinta-feira.



Eunício explica que projeto sobre fretes foi incorporado por medida provisória



Sessão do Plenário em que foi aprovado pedido de urgência: projeto que zera PIS/Cofins sobre diesel pode ser votado a partir de hoje

Aprovada urgência para isenção tributária sobre diesel

Os senadores aprovaram pedido de urgência para o projeto de lei que zera até o final do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Com isso, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 52/2018 já pode ser votado a partir de hoje.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira como resposta à greve, que tem provocado desabastecimento em todo o país. Além de isentar o óleo diesel das alíquotas de PIS e Cofins até 31 de dezembro de 2018, o projeto também acaba com a desoneração da folha de pagamento para a maioria dos setores beneficiados. A isenção de tributos para o óleo diesel não estava prevista inicialmente e foi incluída pelos deputados federais.

O texto aprovado pela Câmara mantém na tributação sobre a receita bruta as empresas de tecnologia da informação (TI) e da comunicação (TIC), com alíquota de 4,5%, e o teleatendimento, com imposto de 3%. As empresas estratégicas de defesa ficarão com alíquota de 2,5% sobre a receita bruta.

Essa última alíquota é a mesma para a maior parte dos setores

incluídos pelos deputados em relação à previsão inicial do Executivo: couro, confecção e vestuário, carroceria de ônibus, máquinas e equipamentos industriais, móveis, indústria ferroviária, fabricantes de equipamentos médicos e odontológicos, fabricantes de compressores e setor têxtil.

Ônibus, calçados, artigos têxteis usados, transporte rodoviário de cargas e serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga e de passageiros regular pagarão alíquota de 1,5% sobre a receita bruta.

Companhias aéreas

Na Câmara, foram inseridas na reoneração da folha as companhias aéreas de transporte regular de passageiros e carga, também com alíquota de 1,5%.

Outra novidade é a inclusão das empresas de reparos e manutenção de aeronaves e de embarcações (2,5%), todas as embarcações (2,5%), varejo de calçados e acessórios de viagem (2,5%).

Na alíquota de 1%, foram mantidos os produtores de carne suína e avícola e o pescado. Também há previsão de contribuição

sobre a receita bruta mensal para as empresas de transporte coletivo de passageiros rodoviário, metroviário e ferroviário, que pagarão 2%, de construção civil e de obras de infraestrutura, que pagarão 4,5%, e de comunicação (como rádio, TV aberta, editoras, portais de internet), que pagarão 1,5%.

Segundo o texto, também serão reonerados o setor hoteleiro, o comércio varejista e alguns segmentos industriais, como automóveis.

Também serão reonerados os seguintes setores: transporte marítimo de passageiros e de carga na navegação de cabotagem, interior e de longo curso; navegação de apoio marítimo e de apoio portuário; empresas que realizam operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres em portos organizados; transporte ferroviário de cargas; e prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária.

Após 90 dias da publicação da futura lei, as empresas que saírem da tributação sobre a receita bruta pagarão à Previdência Social contribuição de 20% sobre a folha de pagamento.

Com Agência Câmara

Viana critica isenção para multinacionais do petróleo

Jorge Viana (PT-AC) questionou as medidas adotadas pelo governo Temer no setor do petróleo. Como a isenção, por 20 anos, de impostos para que as cinco maiores petrolíferas do mundo explorem o petróleo do pré-sal. A isenção, disse, pode chegar a R\$ 1 trilhão.

Ele também criticou a política de preços da Petrobras, a venda de ativos da companhia e a decisão da empresa de exportar óleo bruto e importar combustível refinado. — Exportamos 400 milhões de barris por dia de óleo bruto para importar óleo diesel caríssimo e gasolina.

Governo poderia ter evitado situação, afirma Alvaro Dias

O movimento dos caminhoneiros é também dos brasileiros, que não aceitam mais corrupção e desgoverno, disse Alvaro Dias (Pode-PR). O senador afirmou que a greve poderia ter sido evitada se o governo tivesse ouvido a categoria e o Congresso. Ele lembrou que há tempos os caminhoneiros reclamam do valor dos fretes e do alto preço dos combustíveis. Também criticou a política de preços da Petrobras.

— Não é justo tapar o buraco da corrupção colocando a mão no bolso dos consumidores brasileiros de combustíveis. Não foram eles que assaltaram a Petrobras.

Paim pede diálogo para dar fim à greve dos caminhoneiros

Preocupado com o desabastecimento por causa da greve dos caminhoneiros, Paulo Paim (PT-RS) disse ser lógica a insatisfação da categoria com os constantes aumentos do valor dos combustíveis.

Para o senador, a situação atual é consequência das decisões equivocadas nos últimos dois anos, quando a saída para a crise, disse, seriam eleições gerais.

— Bom senso manda dialogar, encontrar uma saída. Claro que todos nós estamos solidários a esses profissionais. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Por isso, é necessário muito diálogo, da parte do governo e aqui do Congresso.

Dário Berger lamenta prejuízos da crise para setor alimentício

Dário Berger (MDB-SC) criticou a política de preços da Petrobras e o aumento da importação de óleo diesel, que passou de 40% para 80% desde que Pedro Parente assumiu a estatal.

O senador alertou para a situação do agronegócio em Santa Catarina, maior produtor de suínos e o segundo maior de aves:

— Se não resolvermos o problema no curto tempo, quando formos resolver já estabelecere-se o caos, uma vez que não vamos ter mais insumos para alimentar os frangos, as aves, os porcos — disse o senador.

Otto ouve na Bahia pedidos pela retirada de Michel Temer

Otto Alencar (PSD-BA) informou ter percorrido rodovias federais na Bahia para conversar com caminhoneiros em greve. Os motoristas, afirmou, têm outras reivindicações, além da redução no valor do diesel e na cobrança de pedágio. Eles pedem intervenção militar, como solução para a corrupção, e também a saída do presidente Michel Temer.

— Eles querem a cabeça de Temer. Por quê? Porque Temer piorou bastante. É só comparar o preço do diesel à época da presidente Dilma e agora. O diesel praticamente dobrou, e aumentou em 100% o PIS/Cofins.

Temer espera que povo pague a conta, acredita Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avalia que as medidas do governo para conter os protestos dos caminhoneiros não resolverão os problemas graves do país. A senadora cobrou mudança na política de preços na Petrobras. Segundo ela, Michel Temer espera que o povo pague a conta dos benefícios aos caminhoneiros pelo Orçamento da União.

— E o que é o Orçamento Geral da União, senão um recurso público que é distribuído nas áreas de educação, de saúde, de habitação, de moradia, enfim, de infraestrutura? É daí que eles querem tirar.

Reajustes da Petrobras são responsáveis pela crise, afirma Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que a crise tem origem na política de reajuste da Petrobras. Ela lembrou que, em julho de 2017, a estatal decidiu reajustar os preços segundo a cotação do petróleo no mercado internacional, beneficiando acionistas privados, mas prejudicando a população.

Para a senadora, a greve dos caminhoneiros é justa, pois os profissionais apenas reivindicam a redefinição dos aumentos que estão ocorrendo quase diariamente.

— Só durante o governo Temer, o preço do diesel explodiu. Nas refinarias foi reajustado 229 vezes.

Para Raupp, só reforma tributária resolve situação

Valdir Raupp (MDB-RO) afirmou que as três medidas provisórias (MP 831, 832 e 833 de 2018) não são suficientes para resolver a crise causada pelos aumentos constantes nos preços dos combustíveis.

Ele lembrou que os impostos são cerca de 45% do preço da gasolina. Em Porto Velho, o litro é vendido por R\$ 4,28 em média. Sem os impostos, apontou, seria R\$2,30. Raupp destacou a necessidade de uma reforma tributária:

— Quem sabe não é o momento para que o governo e este Parlamento façam a tão necessária reforma tributária?

Roberto Muniz quer mais investimento na produção de etanol

Ao avaliar que a Petrobras se afastou de sua missão inicial de atender o interesse público, Roberto Muniz (PP-BA) pediu mais empenho na produção de etanol para que essa tecnologia beneficie o país no momento de petróleo caro.

Para ele, a crise decorrente da greve dos caminhoneiros é a “ponta do iceberg” de uma série de erros históricos em infraestrutura, como o investimento em rodovias. O senador pediu uma reflexão sobre a ineficiência do Estado brasileiro, lembrou que 45% do preço da gasolina são tributos e questionou a participação estatal na cadeia produtiva.

Lindbergh Farias condena política de preços da Petrobras

Ao comentar as soluções do governo para a crise dos caminhoneiros, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a única solução para a crise é a mudança na política de preços da Petrobras. Para ele, o povo não aceita a redução do preço do óleo diesel enquanto outros combustíveis continuam caros.

— Se não mudar a política de reajuste de preços da Petrobras, vai continuar essa insanidade, vai continuar aumentando dia a dia. Como é que os senhores podem defender uma coisa dessa? Não muda nada para a gasolina e o botijão de gás — afirmou.

Parente acertou o remédio, mas errou a dose, diz Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a política de preços da Petrobras, Pedro Parente, é descalibrada, embora possa ter lógica empresarial. Para ele, o executivo conseguiu salvar a estatal da difícil situação deixada pelo governo Dilma Rousseff, mas errou na dose do remédio, com os sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis.

A responsabilidade, de acordo com o senador, tem que ser dividida com o Banco Central, que não soube intervir no momento certo para deter a escalada do dólar, e com o Congresso Nacional, que assistiu calado a essa situação.

Ministro da Fazenda debate alta de combustível

Duas audiências na Comissão de Assuntos Sociais discutem hoje a greve dos caminhoneiros, a política de preços da Petrobras e os aumentos de diesel, gasolina e gás de cozinha

A POLÍTICA DE preços dos combustíveis é o tema de duas audiências públicas que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, a partir das 10h. Para acomodar a agenda, foi adiada a reunião deliberativa da CAE que ocorreria hoje.

O primeiro debate será com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e foi requerida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jorge Viana (PT-AC), Paulo Rocha (PT-PA), Armando Monteiro (PTB-PE), Wellington Fagundes (PR-MT) e Rodrigues Palma (PP-MT).

Na segunda audiência, em seguida, será ouvido o especialista em infraestrutura Adriano Pires. O debate foi

requerido por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Além do óleo diesel, da gasolina e do álcool etílico, há questões do preço dos pedágios, do valor mínimo dos fretes, o percentual de impostos e a chamada “margem de lucro” da Petrobras.

Estatal

A política de preços da estatal levou o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), ontem, a defender a demissão do presidente da Petrobras, Pedro Parente. Para Cassio, essa política é a responsável pela crise no país.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Tasso Jereissati requereu audiência com um especialista em infraestrutura, que ocorre após o debate com Guardia

Projeto em debate proíbe vendas de veículos a gasolina

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estão negociando um acordo para permitir a votação de projeto do senador Telmário Mota (PTB-RR) que veda gradativamente a venda de veículos movidos a combustíveis fósseis. Projeto com esse objetivo (PLS 454/2017) já recebeu voto favorável do relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

A proposta esteve na pauta da última reunião da CAE, mas não chegou a ser votada depois que alguns senadores questionaram a proposta, que pretende eliminar totalmente a partir de janeiro de 2060 a venda de novos veículos com motor a combustão. Para chegar a esse objetivo, o texto prevê limites a serem cumpridos ao passar dos anos.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) foi um dos que pediram mais reflexão. Para ele, nenhum país tem uma matriz energética tão limpa quanto o Brasil e o país não precisa ficar copiando modelos adotados em outras nações. Além disso, disse, a indústria automobilística é responsável por 23% do PIB do setor industrial.

— Em primeiro lugar, a gente precisa saber de onde virá a energia que estará nos eletropostos. A China pretende ter, em 2030, 60% da frota eletrificada, mas a energia chinesa vem do carvão. Então é preciso uma discussão bem mais ampla — afirmou.

Bezerra disse ainda que o carro híbrido, embora seja uma tecnologia de transição, talvez deva ser utilizado

por um período mais longo no Brasil, diante do forte agronegócio do país, capaz de produzir energia limpa, com biocombustíveis.

— Nós precisamos valorizar o carro híbrido. É um carro de transição? Sim, mas por quanto tempo? Talvez para nós faça sentido tê-lo por mais 50 anos, pois vai ser melhor para a economia brasileira. Não estamos aqui para copiar modelos de outros países que não tem a mesma base agrícola do Brasil. Podemos construir nosso próprio modelo — afirmou.

Audiência

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) também se disse preocupada com a viabilidade da proposta. Segundo ela, não adianta o Congresso aprovar uma lei para ser vetada pelo Executivo ou

não executada. Diante disso, sugeriu uma audiência com representantes do Ministério de Minas e Energia.

— Me preocupa não a data final de 2060, mas a parte do texto que determina para 2030 a presença de 10% de veículos elétricos na frota. Ou seja, daqui a dez anos praticamente. Será que teremos postos e a estrutura necessária? — disse.

O relator, Cristovam, elogiou a iniciativa e disse que o autor acertou “no ritmo da história”, visto que os combustíveis fósseis não podem ser mais a principal fonte de energia para mover veículos.

— O Brasil não pode ser apenas espectador das inovações da indústria automobilística e deve tomar decisões estratégicas a esse respeito — afirmou.

Ele não se opôs aos pedidos de mais discussão do texto.



Telmário Mota propõe eliminar gradativamente a venda de carros no Brasil até 2060

Comissão vota relatório de MP sobre hipoteca

Será apresentado hoje, às 14h30, o relatório do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) na comissão mista da medida provisória que altera a regra para execução de hipotecas em projetos públicos de irrigação (PPIs). O relatório sobre a MP 824/2018 poderá ser votado no mesmo dia na comissão, se não houver pedido de vista.

A medida altera a Política Nacional de Irrigação (Lei 12.787, de 2013) para impedir que o agricultor que descumpra obrigações nos PPIs perca a área sob seu domínio. Pelo texto, o poder público não poderá mais retomar a terra que estiver hipotecada ao banco oficial responsável pelo financiamento do projeto. Caberá à instituição financeira comunicar ao poder público a existência da hipoteca.

O objetivo da MP é permitir que a área do produtor irrigante seja utilizada como garantia real hipotecária, o que dá segurança jurídica às instituições financeiras, facilitando a liberação de crédito por parte delas. Segundo o governo, os financiamentos aos PPIs estão paralisados e a medida provisória pode ajudar a reverter essa situação.

Essas alterações estavam previstas na MP 700/2015, que perdeu a vigência por não ter sido analisada no prazo por deputados e senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão vota hoje MP que criou pasta da Segurança

Relatório do senador Dário Berger aceitou apenas uma emenda, que suprime o termo "extraordinário" do nome do ministério. A medida também criou os cargos de ministro e de secretário-executivo

A VOTAÇÃO DO relatório sobre a medida provisória que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública a partir da divisão da pasta da Justiça e Segurança Pública deve ocorrer hoje na comissão mista.

Os parlamentares vão analisar o texto proposto pelo relator, senador Dário Berger (PMDB-SC). Se aprovada na comissão, a MP 821/2018 seguirá para análise do Plenário da Câmara dos Deputados e depois do Senado. O prazo de vigência da MP foi prorrogado até 26 de junho.

O relator acolheu apenas uma das 138 emendas apresentadas à medida. A emenda do deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) suprime o termo "extraordinário" da denominação da nova pasta para que

o ministério não seja considerado provisório ou temporário, mas, sim, definitivo.

Dário acrescentou, no entanto, quatro emendas de relator ao texto da MP. Uma delas inclui dispositivos que atribuem ao novo ministério, em articulação com órgãos da administração federal, a competência para coordenar a instituição de escola superior de altos estudos sobre segurança pública. A proposta também autoriza a criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp), que deverá ocorrer pelo desmembramento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Ministério da Segurança Pública integra, de acordo com a MP, as forças policiais dos estados, dos municípios e

do Distrito Federal. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional e a Força Nacional estão subordinados à nova pasta.

Também são competências do novo ministério planejar e administrar a política penitenciária nacional e coordenar a ouvidoria das polícias ligadas ao governo federal.

Cargos

A medida também cria os cargos de ministro de Estado e de secretário-executivo a partir da transformação, sem aumento de despesas, de 19 cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

A comissão mista da MP é presidida pelo deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP).

Empresas podem ser multadas por interrupção de energia

A Comissão de Infraestrutura (CI) poderá votar hoje projeto do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) que institui multa às concessionárias de energia elétrica em caso de interrupção no fornecimento.

O relator do PLS 209/2015, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), é favorável ao projeto. O substitutivo determina que a interrupção no fornecimento de energia pela prestadora levará à aplicação de multa em benefício dos usuários que forem diretamente prejudicados. A punição será aplicada quando for superado o valor limite de indicadores de qualidade do serviço prestado, podendo ser quitada pela forma de crédito na fatura ou em espécie, por prazo não superior a três meses após o período da apuração.

O texto ainda determina que, por meio de regulamento, as multas estarão sujeitas a valores mínimo e máximo e não serão devidas em situações como interrupção de curta duração, interrupção causada por insuficiência técnica no interior da área sob domínio do usuário final, caso de suspensão por inadimplência do consumidor, interrupção programada pela concessionária ou permissionária de distribuição, interrupção oriunda de atuação de esquema de alívio de carga solicitado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A proposta prevê a implan-



Bezerra é relator do texto que prevê multa às concessionárias

tação de ferramentas que permitam a auditoria dos indicadores de qualidade, independentemente das informações da empresa prestadora do serviço. A instituição desses mecanismos será iniciada no prazo máximo de 18 meses, a contar da publicação da lei.

Se for aprovado, o texto terá que passar por turno suplementar de votação na comissão.

Também está na pauta da CI projeto que determina o investimento de pelo menos 5% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados, como metrô.

Do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues, o PLS 11/2013 é relatado por Valdir Raupp (MDB-RO). O texto prevê que a obrigatoriedade de aplicação do percentual será imposta apenas à União. Estados e municípios ficarão dispensados de cumprir a cota mínima.



Berger, relator, e o deputado Gilberto Nascimento (2º e 3º à esq.), presidente da comissão, que vota hoje a MP

Empresas de telecomunicações podem ter regras de divulgação

As prestadoras de serviços de telecomunicações, como telefonia, internet e televisão paga, podem ser obrigadas a adotar um modelo de apresentação de informações técnicas e de preços que facilite a compreensão pelo usuário. O projeto de lei que prevê essa mudança está na pauta de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O PLS 662/2011, de Ângela Portela (PDT-RR), delega à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados. A intenção, disse a senadora, é facilitar a compreensão e a seleção do produto mais adequado ao perfil de cada usuário.

O projeto classifica como condutas prejudiciais à

concorrência a omissão de informações técnicas e de preços e a oferta de serviços em formato que dificulte a comparação com outras alternativas do mercado. Também será da Anatel a responsabilidade de fazer recomendações às empresas quando houver solicitação de entidade de defesa do consumidor.

O relator, Paulo Rocha (PT-PA), sugere que o projeto seja aprovado apenas com uma emenda de redação, sem as mudanças aprovadas antes pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Na avaliação do senador, as outras emendas da CTFC descaracterizam o texto.

Depois de votado pela CCT, o projeto segue para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Reunião temática analisa projetos sobre uso da água

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove hoje reunião temática com análise de projetos sobre o uso racional da água e da reciclagem de resíduos sólidos. Entre os projetos em pauta, está o que incentiva a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o consumo humano no semiárido e em outros locais com escassez de recursos hídricos.

A dessalinização é o processo de remoção dos sais dissolvidos na água do mar ou nas águas salobras subterrâneas, produzindo água doce, que pode ser utilizada para consumo humano ou para aplicações industriais. O PLS 259/2015, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), estabelece o incentivo como diretriz da Política Federal de Saneamento.

Eunício argumenta ser fundamental que o país tenha à sua disposição todos os recursos para a garantia do abastecimento de água à

população, tendo em vista os grandes prejuízos desencadeados pelos racionamentos.

O texto também determina que a União deve priorizar o atendimento ao consumo humano no semiárido e em outras localidades com escassez de água, quando decidir sobre a alocação de recursos para incentivar a adoção de tecnologias de dessalinização. O relator, João Capiberibe (PSB-AP), é favorável ao projeto.

O PLS 162/2015, de Benedito de Lira (PP-AL), incentiva o uso integrado da aquicultura (criação de peixes, por exemplo) com a agricultura. O relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) é pela aprovação.

O PLS 344/2014, do ex-senador Kaká Andrade, estabelece normas para garantir a continuidade do regime das cheias para os rios que ficam abaixo das represas e tem parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Já o PLS 587/2015, de José Agripino

(DEM-RN), prevê a promoção de campanhas periódicas de estímulo ao uso racional da água. O parecer, favorável, é de Humberto Costa (PT-PE).

Resíduos

De José Medeiros (Pode-MS), o PLS 75/2017 inclui os óleos e gorduras de uso culinário no sistema de logística reversa. Esses resíduos devem ser destinados à fabricação de sabão, tintas e fertilizantes, de forma a evitar o lançamento nos esgotos, o que provoca a poluição dos cursos d'água e do solo. No Brasil, mensalmente 200 milhões de litros de óleo são descartados. Um litro de óleo pode contaminar até 20 mil litros d'água. O projeto tem parecer favorável de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Já o PLS 90/2018, de Rose de Freitas (Pode-ES, destina materiais recicláveis descartados às cooperativas de catadores e tem parecer favorável de Benedito de Lira (PP-AL).

Ricardo Westin

O MOTOQUEIRO SAI espalhando susto pela cidade com o escapamento barulhento. No ônibus, ninguém tem paz porque algum passageiro assiste, sem fone de ouvido, ao vídeo que veio pelo telefone. O colega de trabalho dá uma saída e não leva o celular, que começa a tocar incessantemente, constringendo o escritório. O vizinho de porta aprende a tocar guitarra e, para ouvir melhor os acordes, capricha no amplificador.

Parece que viver em sociedade no século 21 é o mesmo que ser constantemente bombardeado pelo barulho. Como se não bastasse ser a cidade ruidosa por si só, a poluição sonora é potencializada por comportamentos inapropriados que as pessoas adotam no dia a dia.

Para a fonoaudióloga Keila Knobel, o que falta a essas pessoas são educação e empatia:

— Como o som não respeita muro nem parede, invadimos o espaço alheio com facilidade. A invasão é frequente porque muita gente não se coloca no lugar do outro. Quando ouço o meu cantor favorito, digo que é “música”. Se o vizinho ouve a mesma música e no mesmo volume, chamo de “barulho”.

Keila é autora de um estudo que comprova essa avaliação. Como pós-doutoranda na Unicamp, ela entrevistou 670 alunos de colégios de Campinas (SP). A maioria se disse incomodada com os níveis

Silêncio!

É mito a ideia de que até as 22h o barulho está liberado. Poluição sonora compromete não só o ouvido, mas a saúde do organismo como um todo, reduzindo a expectativa de vida das pessoas



Medida desesperada: Hugo de Freitas e vizinhos afixaram cartaz na portaria do prédio implorando silêncio ao bar ao lado

de ruído na sala de aula, mas quase ninguém se reconheceu como fonte do barulho.

— Numa turma de 40 crianças, ouvi de 39 que a sala de aula era barulhenta por causa dos “outros”. A conta não fecha.

Mal invisível

Brigar por um ambiente silencioso não é capricho. É questão de saúde. As pessoas começam a perder a audição quando são expostas por períodos prolongados e repetidos a sons a partir de 85 decibéis (o equivalente ao ruído do liquidificador). A morte das células auditivas é lenta e irreversível. A partir dos 60 decibéis (o mesmo que uma conversa normal), o som já é suficiente para agredir o restante do organismo e também prejudicar o equilíbrio emocional.

O pesquisador da UnB Armando Maroja, especializado em acústica ambiental, afirma que a poluição sonora é um “mal invisível”:

— Você vê a cor da água poluída e se recusa a bebê-la. Diante do ar contaminado, você prende a respiração ou se afasta. Com o barulho, é

diferente. Embora perigoso, não é encarado como tal. Um lugar barulhento dificilmente espanta alguém.

O barulho, mesmo não sendo escandaloso, é interpretado pelo organismo como prenúncio de perigo. Para que a pessoa tenha energia para se defender, suas reservas de açúcar e gordura são liberadas.

Esgotado o estoque de energia, surgem cansaço, irritabilidade, estresse, ansiedade, insônia, falha de memória, falta de concentração, gripe e até doenças cardíacas, respiratórias, digestivas e mentais.

A falta de concentração pode levar a acidentes no trânsito. A irritabilidade pode desencadear desentendimentos e episódios de violência. O barulho, em suma, tem o poder de reduzir a expectativa de vida.

O advogado Michel Rosenthal Wagner, mediador de conflitos urbanos, diz que não são raras as ações judiciais envolvendo vizinhos que se estapearam por causa de barulho.

— Ouço que até as 22h o barulho está liberado e que só é preciso fazer silêncio depois disso. É mito. Existem normas que especificam o ruído máximo [veja quadro à direita] — ele esclarece. — Também ouço que o Brasil é barulhento porque somos um povo feliz. Outro mito. Felicidade não é sinônimo de barulho. Segundo a ONU, os países mais felizes são os da Escandinávia, onde o silêncio é muito valorizado.

Aos poucos, cidades e estados vêm criando “leis do silêncio”. No âmbito federal, a Lei de Contravenções Penais

diz que quem perturba o “sossego alheio” com barulho pode passar até três meses preso, e a Lei de Crimes Ambientais pune com até quatro anos de prisão quem causa “poluição de qualquer natureza”, inclusive a sonora, em níveis que possam prejudicar a saúde.

Remédio para dormir

Em Brasília, os moradores de um edifício da Asa Norte resolveram afixar um cartaz na portaria em protesto contra a algazarra diária da clientela do bar ao lado. Eles escreveram: “Aqui residem 15 famílias que precisam de sossego e respeito”.

— Tentamos o diálogo e acionamos as autoridades. Nada resolveu. Estamos processando o bar — conta o servidor público Hugo Freitas. — O lar deveria ser um lugar reconfortante. Para mim, é estressante.

No mesmo prédio, a aposentada Maria do Carmo Duarte sofre por antecipação sempre que a meia-noite se aproxima. Ela sabe que, assim que o dia virar, vai começar a cantoria de *Parabéns pra Você*.

— Para dormir, tomo remédio. Nem sequer as minhas orações consigo fazer em paz.

Saiba mais

Especialistas falam em programa da TV Senado sobre barulho
<http://bit.ly/CidaniaBarulho>

Cartilha mostra como se deve agir diante do vizinho barulhento
<http://bit.ly/CartilhaPoluicaoSonora>

Projeto-piloto mapeia barulho da cidade de São Paulo
www.mapaderuidosp.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidania em www.senado.leg.br/especialcidania

O Congresso estuda uma série de projetos que baixam o volume do dia a dia. Entre eles, um limita os decibéis de igrejas (PL 524/2015), um regula as emissões sonoras de bares e boates (PL 5.814/2013) e outro proíbe fogos de artifício com estouro (PL 6.881/2017). Se receberem a aprovação da Câmara, irão para o Senado.

No ano passado, os senadores e os deputados aprovaram uma reforma eleitoral que, entre outros pontos, torna as campanhas mais silenciosas. Aqueles carros que percorriam as cidades tocando jingles de candidatos ficam proibidos a partir deste ano. Os carros de som só serão tolerados em carreatas, passeatas e comícios.

Mapa do barulho

Os especialistas pedem que o Brasil se espelhe na Europa, onde as cidades grandes são obrigadas a elaborar um mapa do ruído, apontando a intensidade sonora de todos os cantos do perímetro urbano.

— O mapa torna a poluição sonora visível — explica Marcos Holtz, vice-presidente da Associação ProAcústica.

Com o mapa, o governo passa a saber onde o barulho está e, assim, pode agir no local exato — construindo ciclovias, restringindo a circulação de carros, exigindo que os ônibus ou trens sejam elétricos ou pavimentando de novo alguma rua, já que vias esburacadas pioram o barulho do trânsito.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) diz que os brasileiros em algum momento vão entender que o barulho é falta de respeito e ameaça à saúde:

— Não creio que a conscientização virá agora, mas temos que agir já. Precisamos apostar nas crianças, porque são mais abertas às lições de cidadania e assimilam rápido. O garoto que aprender na escola sobre poluição sonora vai virar um adulto consciente e educado.

Para manter a saúde

Cada área da cidade tem um nível de ruído tolerável, definido pela ABNT

Ambiente externo*	Valores em decibéis (dB)	
	Dia	Noite
Rural	40	35
Escolar ou hospitalar	50	45
Apenas residencial	50	45
Predominantemente residencial	55	50
Predominantemente comercial	60	55
Predominantemente recreacional	65	55
Predominantemente industrial	70	60

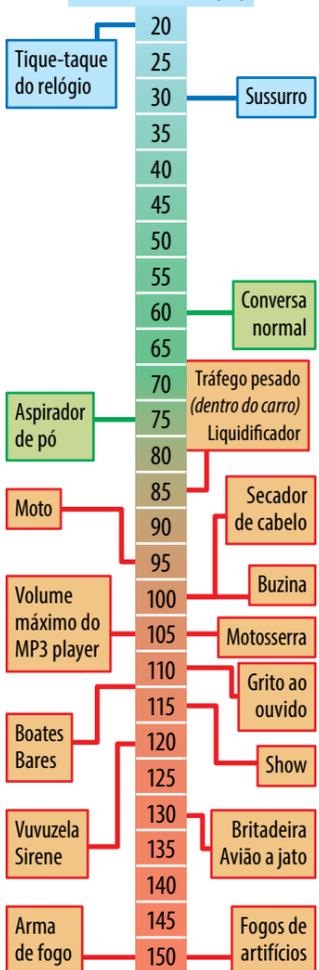
* Os níveis de ruído aceitáveis são menores no ambiente interno. Com as janelas abertas, é preciso subtrair 10 dB dos valores acima. Com as janelas fechadas, 15 dB.

Fonte: ABNT

Cuidado com o ruído

Sons a partir de 85 decibéis provocam danos à saúde auditiva

Escala de decibéis (dB)



Fonte: OMS



Cristovam: é preciso conscientizar sobre o barulho desde a infância